

» Entrevista | **JOSÉ CRUZ MACEDO** | Presidente do TJDF

“A democracia resistiu, mas é preciso ficar atento”

Responsável por conduzir 1.403 audiências de custódia com os presos do 8 de janeiro, chefe do tribunal elogia a reação das instituições ante os ataques antidemocráticos. Magistrado comenta as ações para ampliar atendimento ao cidadão

» ANA DUBEUX
» CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA

O Poder Judiciário entrou em recesso na última quarta-feira, mas, no dia seguinte, o desembargador José Cruz Macedo ainda dava expediente na presidência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Esse é um pequeno exemplo do ritmo de trabalho do tribunal, premiado pelo Conselho Nacional de Justiça pela eficiência. Os números apresentados pelo TJDFT falam por si. Com 48 desembargadores e aproximadamente 400 juizes, o tribunal diminuiu o estoque de processos: julgou 436 mil peças processuais, número superior às 401 mil encaminhadas para a instituição. Nesta entrevista ao **Correio**, o magistrado afirma que o TJDFT está fortemente empenhado em ampliar o atendimento à população. Esse trabalho inclui ações de enfrentamento a problemas graves no Distrito Federal, como o feminicídio. Sobre o 8 de janeiro, Cruz Macedo considera os ataques antidemocráticos uma “mancha” na história de Brasília. Mas elogia a reação das instituições. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.

Estamos perto de completar um ano do 8 de janeiro. O que o senhor sentiu quando viu aquelas cenas?

O 8 de janeiro marcou a nossa sociedade. É uma mancha que vai ficar na história. Mas houve uma boa reação das instituições e da sociedade. Eu estava me deslocando para Brasília. Assisti às primeiras cenas em uma televisão, próximo da estrada. Eu fiquei impressionado. Disse a mim mesmo: ‘Não é possível que esteja acontecendo isso’. Estou há 43 anos em Brasília, e as nossas forças de segurança estão acostumadas a lidar com manifestações.

Qual foi sua reação?

Fiquei profundamente preocupado. Principalmente após o que aconteceu em 1º de janeiro, na posse do presidente da República. Tudo funcionou bem. Todas as instituições se articularam, nós mesmos participamos de reuniões, ajudando o Supremo Tribunal Federal, que nos pediu apoio. Fiquei perplexo. Foi uma mancha que ficou na nossa democracia. É um episódio que a gente não pode esquecer, para a gente ficar atento e atuar preventivamente. Uma atuação firme da própria Polícia Militar teria evitado o ataque. Bastava conter a praça ali na Catedral, e certamente não haveria aquela invasão.

O ataque tem um simbolismo também muito forte. Foi direcionado à instância máxima da Justiça. A própria estátua da Justiça foi vítima de agressões. A que o senhor atribui tamanha violência?

O Poder Judiciário foi escolhido para ser criticado. Houve uma ação direcionada para criticar o Poder Judiciário, e isso potencializou as pessoas que criticam e têm desconforto com as ações judiciais, sobretudo com a atuação do Supremo Tribunal Federal na defesa da democracia — porque foi o Supremo, principalmente, quem garantiu essa democracia. E o Judiciário é um poder que, nos seus julgamentos, geralmente não atende ao interesse pelo mérito de uma pessoa uma das partes. Às vezes não atende a todas as partes.

O presidente Barroso mencionou isso na última semana.

O Judiciário é passível de críticas? Sem dúvida. Mas é um poder



Uma atuação firme da própria Polícia Militar teria evitado o ataque. Bastava conter a praça ali na Catedral, e certamente não haveria aquela invasão”

que desagrada. O ministro Barroso tem razão ao dizer que não pode ser um Poder que agrada a todos. Esses conflitos são submetidos exatamente para serem resolvidos. É preciso aplicar a Lei e a Constituição, que está acima de qualquer coisa.

Quase um ano depois desse episódio, o que o senhor guarda dessa reação?

O que eu achei mais importante foi a reação das instituições. Nós vimos ali uma cena que não vimos há algum tempo. Todos os chefes de Poderes unidos, e com um só pensamento: a defesa da democracia. Porque isso realmente foi um atentado. Pode-se ter divergências ideológicas ou políticas, mas é preciso que todos estejam comprometidos com a defesa da democracia. A principal regra constitucional é a sustentação do país por meio de um regime Democrático de Direito. Isso é o que nossa Constituição estabelece. Penso que todos têm que pensar nessa mesma direção.

Como o TJDFT atuou nas audiências com os acusados do 8 de janeiro?

Nós ficamos incumbidos de realizar todas as audiências. Foram 1.403 audiências de custódia com as pessoas presas no 8 de janeiro. Foi um trabalho muito penoso para o tribunal. Não estávamos organizados para essa tarefa. Não era um trabalho ordinário. O ministro Alexandre de Moraes pediu que fizéssemos, com a ajuda de juizes federais. Foi uma mobilização, tivemos que fazer um regime de plantões. Nós fazemos em torno de 30 Audiências de Custódia por dia. Imagine fazer 1.406 em uma semana. Tivemos que criar várias salas e pedimos autorização para fazer todas as audiências por videoconferência. Não seria possível de outra maneira trazer aquelas pessoas todas presas do sistema carcerário para nossas audiências. Ficaria inviável. Então, nós conseguimos fazer com quase 30 salas de audiência no presídio da Papuda e no presídio feminino.

E como foi a participação dos juizes?

Nós pedimos aos juizes que se voluntariassem para fazer essas audiências. Esse foi o segredo de fazermos em curto prazo. Os juizes se dispuseram a realizar as audiências. O primeiro convidei evidente que se não houvesse aceitar todo dia convocar. Tivemos diversos juizes e servidores voluntários, trabalhando em três turnos, e conseguimos realizar todas essas audiências, que foram encaminhadas para o Supremo Tribunal Federal. Foi um desafio que conseguimos vencer. Penso que fizemos um bom trabalho.

O presidente e o relator da CPI da Câmara Legislativa entregaram o

Carlos Vieira/CB/DA Press



Confira vídeo com a entrevista do presidente do TJDFT

relatório final ao senhor na quinta-feira. O que eles disseram?

Eles trouxeram o relatório da comissão e explicaram a forma como investigaram. Tanto o presidente quanto o relator disseram que fizeram uma investigação ampla. Ouviram várias autoridades. Afirmam que identificaram como ocorreu e como foi gestado este movimento. Apontaram pessoas a serem indiciadas. E eu afirmo que, com relação ao tribunal, tudo que for da nossa competência, nós vamos processar e julgar, com a celeridade que nos é própria. Vamos remeter também ao Ministério Público e aguardar os pedidos.

Quase um ano depois do 8 de janeiro, a democracia está fortalecida ou ainda existem ameaças?

A democracia resistiu. E resistiu bem. Esse período da nossa

Constituição (Cruz Macedo põe a mão sobre o livro) é o maior período de vida democrática da nossa nação. É um período curto, mas são 35 anos. Eu nunca tinha vivido um período tão longo como esse, sem ruptura. Eu vim votar para o presidente da República nos anos 1990. Nós sequer tínhamos eleições. A democracia realmente resistiu, mas é preciso ficar atento. Temos que manter uma atuação segura na defesa da democracia. Isso depende da conscientização das pessoas, do cidadão e do acompanhamento das instituições. Podemos dizer que ela sobreviveu a um ataque fortíssimo.

Outro tema importante foi a manutenção do Fundo Constitucional do DF. O senhor também teve uma atuação firme em defesa desse fundo. Foi um desafio?

Nós observamos que Brasília estava correndo risco com a mudança no Fundo Constitucional. Esse foi um outro ponto no qual os Poderes do Distrito Federal se uniram — nesse caso, os Poderes locais — e fizeram a articulação junto à Câmara e ao Senado para a manutenção do Fundo Constitucional, que é uma necessidade para Brasília. Brasília é uma cidade diferente.

Por quê?

A Segurança Pública é mantida e organizada pelo governo federal; a Saúde, parte é mantida pelo governo federal, assim como a Educação. Tudo isso se justifica por conta da centralidade dos Poderes na capital da República, além das instituições estrangeiras. Então, esse fundo precisava ser mantido. O que parece é que, com o 8 de janeiro, despertou uma crítica dos parlamentares com relação ao Fundo Constitucional para Brasília, embora não se possa atribuir a uma só instituição a responsabilidade por aqueles fatos, que ainda serão muito investigados e apurados. A história ainda vai trazer muitos fatos do que ocorreu no dia 8 de janeiro. O certo é que não se justificava alterar o Fundo Constitucional por causa daquela agressão, daquela violência contra os Poderes.

Corremos o risco de sofrer uma segunda violência.

Brasília sairia perdendo mais ainda. Porque a cidade já ficou marcada por isso. É como se fosse culpa de Brasília. Muitas coisas são atribuídas a Brasília, e não é responsabilidade de Brasília. Às vezes, as pessoas fazem críticas e colocam na conta de Brasília. Mas essa é uma responsabilidade federativa, de toda a nação.



Brasília estava correndo risco com a mudança no Fundo Constitucional. Esse foi um outro ponto no qual os Poderes do Distrito Federal se uniram”

O feminicídio marcou muito o DF este ano, com 32 vítimas. Como o tribunal tem atuado neste sentido?

Esse tema tem sido pauta diurna no nosso tribunal. Na minha gestão, temos uma dedicação permanente no combate à violência doméstica contra a mulher e contra a criança. É uma crueldade o que se faz com as mulheres, de menosprezo à condição de gênero. Infelizmente, esses números são elevados. Temos acompanhado esses processos todos os dias. Posso assegurar que todos os autores de feminicídio em Brasília estão presos ou mortos. Presos em flagrante ou por prisão preventiva; mortos em razão de suicídio; ou por enfrentamento com a polícia. Todos eles presos, a maioria já condenados com penas elevadas, que vão de 12 a 30 anos. Há outra parte respondendo a processo preso, e em breve serão julgados. Em nosso Tribunal de Júri, cada circunscrição tem dado prioridade no julgamento desses crimes.

Isso é suficiente?

Nosso grande desconforto, que nos causa revolta, é que apenas essa condenação, essa atuação efetiva do Poder Judiciário não tem feito o indispensável: evitar a morte das mulheres. O nosso drama é ver a morte da mulher; então, temos que atuar em outros campos. No âmbito do Judiciário, digamos que estamos fazendo a nossa parte. A polícia está prendendo, o Ministério Público denunciando, o Judiciário condenando e eles estão presos. Ocorre que um crime como esse, em primeiro lugar, tira a vida de uma mulher. Em segundo lugar, os filhos ficam abandonados. É uma tragédia geral. Então o que fazer além da condenação é o que nós temos que descobrir.

O que vocês têm feito nesse sentido?

Nós temos estudado muito esse tema. Temos trabalhado, procurado convênios para responder de que maneira vamos atuar para evitar a morte da mulher. Nós já temos alguns diagnósticos. A violência começa com agressão; depois passa à agressão psicológica; depois uma lesão; depois de uma agressão mais intensa; e posteriormente, a morte. Há outro aspecto sobre o qual nós temos que agir rápido: 64% das mulheres que foram mortas no curso do ano sofreram violência anterior e não fizeram a denúncia. É um índice muito elevado, e se nós separarmos para Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, esse número vai para mais de 74%. Ou seja, precisamos convencer as mulheres de que é preciso denunciar a violência, de qualquer tipo. Não pode deixar de fazer a denúncia porque isso significa a vida ou morte para mulher.

Continua na página 14